

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JAN A DEZ / 2009	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	117.814.832,11	8.392,81
Pessoal Inativo e Pensionistas	117.814.832,11	3.542,87
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.183.044,39	4.849,94
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	2.183.044,39	4.849,94
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	115.631.787,72	3.542,87
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		115.635.330,59
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	3.406.416.318,08	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,39	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	204.384.979,08	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,7 % >	194.165.730,13	
FONTE: RCL POSIÇÃO EM 30 NOVEMBRO DE 2009		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício,

por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Desembargadora Willamara Leila
 Presidente
 CPF nº. 311.017.041-87

Alaor Jual Dias Junqueira
 Diretor Financeiro
 CPF nº 565.592.918-04

Marina Pereira Jabur
 Controlador Interno
 CPF Nº 848.914.401-04

Manoel Lindomar A. Lucena
 Contador
 CRC DF-9642/T-TO